

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Baturité

1ª Vara Cível da Comarca de Baturité

Praça Waldemar Falcão, S/N, Centro - CEP 62760-000, Fone: (85) 3347-1306, Baturité-CE - E-mail: baturite.1civel@tjce.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0200367-85.2022.8.06.0047**  
Classe: **Procedimento Comum Cível**  
Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Valdemir Pereira de Góes**

Requerido: **Estado do Ceará**

Vistos, etc.

Feito digital regularmente processado, na perspectiva do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, dispensei o relatório e passo, de logo, aos fundamentos e à decisão.

*Ab initio*, importa dizer que restam presentes os pressupostos processuais de existência e validade da lide, e bem ainda as condições da ação, encontrando-se o processo apto a que seja proferida a sentença, na forma autorizada pelo art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, eis que o deslinde da controvérsia prescinde da colheita de prova oral. Em outros termos, a causa encontra-se “madura” para julgamento, na urgência que se impõe pelo princípio constitucional da celeridade processual.

*In casu*, VALDEMIR PEREIRA GÓES maneja a presente Ação de Obrigação de Fazer, visando obter pronunciamento jurisdicional que condene o ESTADO DO CEARÁ a fornecer-lhe os oito medicamentos descritos na exordial, necessários ao tratamento das patologias que a acometem, quais sejam miocardiopatia isquêmica dilatada (CID I 25.5) e diabetes mellitus (CID E14). Acrescenta que não dispõe de condições financeiras para adquirir os fármacos de que necessita.

Deferida a tutela de urgência (fls. 14/18), o requerido foi devidamente citado, tendo apresentado manifestação às fls. 22/26.

Decisão que determinou o sequestro de verbas públicas para cumprimento da decisão inicial (fls. 51/54), cujo alvará foi expedido à fl. 64.

Pois bem.

Preambularmente, impõe-se seja dito que a Constituição da República dispõe, sem seu art. 196, que “*A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas*



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Baturité

1ª Vara Cível da Comarca de Baturité

Praça Waldemar Falcão, S/N, Centro - CEP 62760-000, Fone: (85) 3347-1306, Baturité-CE - E-mail: baturite.1civel@tjce.jus.br

*sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Trata-se, pois, de norma constitucional de clareza solar e de eficácia imediata, independentemente o exercício do direito nela constante de norma legal ou regulamentar, sendo de responsabilidade de todos os entes da federação a implementação de ações e serviços de saúde pública.

Em consequência disso, o autor pode eleger o polo passivo da relação processual, propondo a demanda contra todos os entes ou somente em face de um deles, indistintamente.

Sobre o tema, há jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, consoante julgado, *in verbis*:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO.  
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À  
SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE  
SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REPERCUSSÃO  
GERAL RECONHECIDA. REAFIRMAÇÃO DE  
JURISPRUDÊNCIA. O tratamento médico adequado aos  
necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto  
responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo  
pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou  
conjuntamente.(STF. RE 855178/RS - Relator(a): Min. LUIZ  
FUX - Julgamento: 05/03/2015 - Órgão Julgador: Tribunal  
Pleno).

Na mesma linha de entendimento é o posicionamento do TJCE. Veja-se:

EMENTA: APELAÇÃO. AVOCAR REMESSA  
NECESSÁRIA. FORNECIMENTO DE LEITO HOSPITALAR  
DE ENFERMARIA ESPECIALIZADA. PACIENTE  
HIPOSSUFICIENTE. RISCO DE MORTE. DIREITO



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Baturité

1ª Vara Cível da Comarca de Baturité

Praça Waldemar Falcão, S/N, Centro - CEP 62760-000, Fone: (85) 3347-1306, Baturité-CE - E-mail: baturite.1civel@tjce.jus.br

FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA COM UM MÍNIMO DE DIGNIDADE. SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. DEVER DO ESTADO E DIREITO FUNDAMENTAL DO CIDADÃO. ARTS. 1º, III, 6º, 23, II, 196 E 203, IV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCUMBE AO PODER PÚBLICO, EM TODAS AS ESFERAS DE PODER POLÍTICO, A PROTEÇÃO, DEFESA E CUIDADO COM A SAÚDE O FORNECIMENTO DE LEITOS DE UTI/ENFERMARIA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). INTELIGÊNCIA SUMULA Nº. 45-TJCE. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA EM TODOS OS SEUS TERMOS(0001155-15.2018.8.06.0115 – Apelação – julgado em 29/07/2019).

A propósito, ao longo do bem fundamentado voto, o Eminent Relator, Desembargador Francisco de Asis Filgueira Mendes, assevera que ***“Sempre que um cidadão necessitado recorre ao Poder Judiciário para ter acesso aos serviços do sistema de saúde unificado, gratuito e eficiente previsto na lei, os diversos entes que compõem o SUS iniciam um jogo de empurra para se esquivarem da obrigação solidária de prestar tais serviços, especialmente o fornecimento de medicamentos”***.

O caso em apreço não foge a essa regra. Para garantir o cumprimento de postulado constitucional, o autor socorre-se do Poder Judiciário, trazendo à dialética processual o direito constitucional à saúde, direito de todos e dever do Estado, conforme registrado em linhas precedentes.

O autor foi diagnosticado com miocardiopatia isquêmica dilatada (CID I 25.5) e diabetes mellitus (CID E14), necessitando do uso contínuo dos medicamentos: 1) entresto 49/51mg - 30 cp/mês; 2) vastarel LP 80mg - 30 cp/mês; 3) aspirina prevent 100mg - 30 cp/mês; 4) xarelto 2,5mg - 60 cp/mês; 5) trezete 20mg + 10mg - 30 cp/mês; 6) glyxambi 25mg + 5mg - 60cp/mês; 7) diamicon MR 60mg - 90 cp/mês; e 8) glifane XR 1000mg - 60 cp/mês, conforme prescrito no laudo médico de fls. 6/8, além de ser hipossuficiente, condição



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Baturité

1ª Vara Cível da Comarca de Baturité

Praça Waldemar Falcão, S/N, Centro - CEP 62760-000, Fone: (85) 3347-1306, Baturité-CE - E-mail: baturite.1civel@tjce.jus.br

que reclama amparo do Estado, na medida em que a prestação reclamada insere-se no plano do mínimo existencial, na perspectiva do exercício de direitos fundamentais da pessoa humana, despontando como bem da vida de inquestionável tutela constitucional, seja por ser consectário do direito à vida (CF, art. 5º), seja por comportar, isoladamente, dever estatal de cumprir obrigação própria e afeta à sua *ratio essendi*.

Nesse contexto, o desamparo estatal aos hipossuficientes converte-se em recusa em prestar serviços básicos de saúde, contexto em que se insere o fornecimento do tratamento nutricional e colchão pleiteados, providência que se qualifica pela nota da essencialidade e importa em consequente ilicitude por parte do Estado, na medida em que frustra “*justas expectativas nele depositadas pela coletividade*,” na expressão usada, no RE 271286, pelo Ministro Celso de Melo, cujo voto, por sua elevada força argumentativa, transcrevo, *in verbis*:

*"O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O poder público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A interpretação da norma programática não pode transformá-la em promessa constitucional inconsequente. O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política – que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro – não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o poder público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. (...) O reconhecimento judicial da*



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Baturité

1ª Vara Cível da Comarca de Baturité

Praça Waldemar Falcão, S/N, Centro - CEP 62760-000, Fone: (85) 3347-1306, Baturité-CE - E-mail: baturite.1civel@tjce.jus.br

*validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àquelas portadoras do vírus HIV/aids, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade".* Precedentes do STF. [\[RE 271.286 AgR\]](#), rel. min. Celso de Mello, j. 12-9-2000, 2ª T, DJ de 24-11-2000.]

Por conseguinte, o acolhimento do pedido é medida que se impõe.

Com tais considerações, julgo procedente o pedido inserto na exordial e, em consequência, confirmo a tutela antecipada de urgência anteriormente concedida, condenando o ESTADO DO CEARÁ a fornecer ao requerente, mensalmente e por tempo indeterminado, os seguintes medicamentos: 1) entresto 49/51mg - 30 cp/mês; 2) vastarel LP 80mg - 30 cp/mês; 3) aspirina prevent 100mg - 30 cp/mês; 4) xarelto 2,5mg - 60 cp/mês; 5) trezete 20mg + 10mg - 30 cp/mês; 6) glyxambi 25mg + 5mg - 60cp/mês; 7) diamicon MR 60mg - 90 cp/mês; e 8) glifane XR 1000mg - 60 cp/mês, conforme laudo médico de fls. 6/8, sob pena de sequestro de verbas públicas.

Sem custas processuais, por força de isenção legal.

Condeno o promovido, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), na forma do art. 85, §8º, do CPC.

Interposto recurso de apelação, intime-se a parte adversa para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Na sequência, com ou sem resposta, movimentem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, via dje e portal e-saj.

Baturité/CE, 08 de novembro de 2022.

**Patrícia Fernanda Toledo Rodrigues**  
Juíza de Direito - respondendo